

África & Brasil: parceria para o desenvolvimento

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon.

Doutor em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Doutorando em Administração – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE/FGV).

E-mail: eduardomigon@gmail.com.

Carlos Alexandre Geovanini dos Santos.

Doutorando em Ciências Militares (Programa de Pós-graduação em Ciências Militares)

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

MIGON, E. X. F. G.; SANTOS, C. A. G. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. *Coleção Meira Mattos (Revista das Ciências Militares)*, Rio de Janeiro (Brasil), v. X, n. XX, p. XX-YY, 1º quadrimestre, 2013. (**em publicação**)

Artigo originalmente publicado na:

Coleção Meira Mattos (Revista das Ciências Militares)
ISSN 2316-4891

Disponível em:

<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM>

África & Brasil: parceria para o desenvolvimento

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon¹

Carlos Alexandre Geovanini dos Santos²

Introdução^{3,4}

Brasil e África são espaços geográficos descontínuos, porém adjacentes e conectados por múltiplos elementos, a exemplo da ligação marítima proporcionada pelo Atlântico Sul, dos enlaces culturais decorrentes dos contributos africanos à composição étnica e racial da população brasileira, da inserção territorial majoritariamente a sul da linha do Equador, das limitações sociais, dentre outros. Com massas territoriais de grandes dimensões, acolhem heterogênea ocorrência de clima, relevo, vegetação, fauna, hidrografia, etc., que se por um lado proporcionam favorável disponibilidade de recursos naturais, sob outro ângulo fazem surgir contrastes e assimetrias que levam à existência de múltiplas e diferenciadas sub-regiões de estudo. Em consequência, assume-se à partida que a complexidade intrínseca ao relacionamento entre 55 países é reforçada pela heterogeneidade existente entre cada um dos atores, que apresentam diferenciado grau de estabilidade e amadurecimento das instituições políticas; desenvolvimento e inserção econômica; desenvolvimento social; influências histórico-culturais, etc. Tais assimetrias levam a diferenciados graus de participação no sistema internacional, com consequências na composição e prioridade das agendas nacionais tanto em relação aos países da região entre si quanto destes em relação a parceiros externos.

Assim sendo, busca-se através desta curta investigação apresentar os aspectos mais relevantes e atuais da política externa e da estratégia nacional do Brasil em relação a atores selecionados no âmbito do continente africano, o que entende-se como útil à compreensão do posicionamento e papel assumido pelo país em face de países de um espaço geográfico que

¹ Doutor em Ciências Militares. Doutorando em Administração (FGV/EBAPE). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). eduardomigon@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). capgeovanini@hotmail.com.

³ Este trabalho revisa e amplia trabalho de investigação individual conduzido anteriormente pelo 1º autor (MIGON, 2011a) ao mesmo tempo em que coopera com o início dos estudos de doutorado do 2º autor (SANTOS, C.A.G, 2012).

⁴ Este trabalho foi originalmente submetido e apresentado no Seminário de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), realizado em Porto Alegre, RS, entre 20 e 22 de Junho de 2012.

lhe é adjacente. Inicialmente é feito um breve enquadramento conceitual, com a caracterização do espaço de análise – Brasil, África e pelo Atlântico Sul – e das grandes perspectivas políticas e estratégicas que condicionam a dinâmica no âmbito deste. Na sequência, faz-se uma análise geopolítica do espaço, tanto sob uma perspectiva abrangente quanto sob um olhar mais específico, o qual incide sobre blocos e lideranças regionais selecionados. O relacionamento Brasil – África é apreciado sob o viés histórico e, também, com o apoio de temas selecionados da agenda bilateral. A dinâmica de Segurança & Defesa, ainda pouco considerada na literatura, é discutida em tópico próprio, sob o entendimento de que esta é uma agenda própria e inevitável de um espaço onde avulta a problemática das *regiões instáveis*, dos *estados falhados*⁵, das *crises humanitárias*, etc.

As grandes linhas teóricas de investigação são convergentes com a temática dos *estudos estratégicos* e com a proposta brasileira de *inserção soberana*. Em consequência, trata-se de revisão que assume a teoria da complexidade, e a consequente necessidade de tratamento interdisciplinar, como paradigma teórico de análise do objeto de pesquisa, que pode ser sintetizado na *visão brasileira para o espaço geoestratégico da África Subsaariana*. O referencial teórico é construído, preponderantemente mas não com exclusividade, a partir de contribuições da Ciência Política, Relações Internacionais, Diplomacia, Geopolítica e Ciências Militares. Como contribuição teórica, espera-se que este seja um *paper* de revisão do estado atual do campo, sinalizando áreas emergentes de atenção.

1. Brasil, África e Atlântico Sul

1.1 Caracterização do espaço de análise

O Brasil é um país sul-americano, sendo delimitado a Leste pelo oceano Atlântico e a Oeste por fronteiras territoriais com todos os países do subcontinente, à exceção do Chile e do Equador. Seu processo de formação e consolidação territorial levou a uma histórica predominância da influência continental em face da componente marítima, o que vem sendo conceptualmente revertido, em especial no âmbito do planejamento estratégico do Estado, onde já se verifica a adoção de conceitos como o de “Amazônia Azul”, que passa a sinalizar a existência de três grandes áreas de atenção geoestratégica, com dimensões semelhantes entre si: o espaço platino, o espaço amazônico e o espaço atlântico. Trata-se, em linhas gerais, do 5º

⁵ Adota-se aqui a expressão mais típica do “português de Portugal” (português europeu), sob o entendimento de que esta melhor traduz o conceito de *failed states*, o qual se associa à incapacidade de um país em exercer as funções típicas de estado, isto é, em síntese, proporcionar segurança e bem-estar aos seus cidadãos. Trata-se mais de ausência de governo e óbices administrativos do que, como o termo *estados falidos* sugere, uma questão puramente econômica.

maior país do mundo em termos de extensão territorial e de dimensão populacional, o que significa dizer que tem cerca de 190 milhões de habitantes distribuídos por espaço equivalente a aproximadamente 50% da América do Sul. Tendo iniciado o século XXI como a 7ª ou 8ª economia mundial e sob a previsão de atingir a 5ª posição no horizonte 2050⁶, vem se caracterizando como uma economia com forte inserção regional e, apesar da brutal crise econômica mundial, ampliando sua participação no comércio internacional.

O continente africano tem seu litoral Oeste distante entre 3,5 e 6 mil quilômetros da costa brasileira, com a qual apresenta ligações comerciais diretas através do Atlântico Sul. Em dimensão territorial e humana, dispõe de território quase 4 vezes maior que o brasileiro, o qual acolhe cerca de 5 vezes mais população. Tem, usualmente, sua análise condicionada pela aglutinação em 2 grandes espaços, sendo o Saara o elemento divisor. A Norte, a África “branca”, mais próxima da Europa, majoritariamente islâmica, com melhor inserção comercial para os mercados extra continentais e, de forma geral, evidenciando melhores parâmetros econômicos e de desenvolvimento humano. A Sul, a África “negra”, mais fragmentada e mais assimétrica em termos étnicos e tribais, de estruturas políticas, de ambientes naturais e com restrições à interconexão entre o litoral e o interior, com conseqüente impacto na estrutura social e qualidade de vida das populações. Em linhas gerais, que pese a abundância de recursos naturais, a África responde por apenas cerca de 2% da riqueza mundial⁷ (mensurada através do Produto Interno Bruto), com o destaque de que a África do Sul representa, individualmente, cerca de 20% de tal valor⁸. Como consequência imediata da reduzida expressão econômica e elevada população, tem-se que a África é um continente extremamente pobre, em relação que é agravada por múltiplos fatores, como instabilidade política, corrupção, criminalidade, conflitos interestatais, conflitos intraestatais, etc.

⁶ A posição relativa varia conforme adote-se o critério de *Paridade de Poder de Compra* ou o *Produto Interno Bruto* nominal. As informações mais usualmente aceitas, pela credibilidade, metodologia, frequência de atualização e independência em relação aos governos nacionais, podem ser visualizadas nas bases de dados do *The World Bank* (<http://data.worldbank.org>) e *The Economist* (<http://countryanalysis.eiu.com/countrydata.html>). Um base de dados complementar, sujeita a maior viés mas bastante útil como instrumento auxiliar, é disponibilizada pelo governo dos Estados Unidos através do *Cia World Factbook* (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>). Em termos de macroeconomia a abordagem preditiva mais usualmente citada com relação ao cenário brasileiro é a produzida pelo *Goldman Sachs* (<http://www2.goldmansachs.com/>), no âmbito do qual, inclusive, surgiu a expressão *BRIC's* (Brasil, Rússia, Índia e China, à época ainda sem a África do Sul).

⁷ <http://web.worldbank.org/>

⁸ <http://www.portalbrasil.net/africa.htm>

1.2 Política Externa e Estratégia Brasileira

As origens e linha histórica de evolução da Diplomacia brasileira foram objeto de estudo, entre outros, de Cervo e Bueno (2002), Pinheiro (2004) e Lafer (2004), que expõem de forma consistente a qualidade dos serviços prestados por esta ao país. Nos últimos oito anos, que coincidem com o governo Lula, a ação diplomática teve significativo fortalecimento, incorporando novas teorias (SILVA, L. I. L.; AMORIM *et* GUIMARÃES, 2003), ampliando seus recursos humanos e suas representações internacionais, empregando mais recursos orçamentários e, mesmo, tendo sua ação institucional potencializada com o apoio da “diplomacia presidencial”.

O pensamento estratégico nacional vem sendo aperfeiçoado desde longa data, com ênfase para as preocupações relacionadas com a integração do território continental, como se vê em Backheuser (1952), Silva (G. C., 1955 e 1967), Mattos⁹ (1980, 1990, 2002), Castro (1981a) e Tosta (1984). Todavia, ainda que episódico e residual, verifica-se que no início dos anos 80 já havia alguma atenção da academia para com o espaço africano (CASTRO, 1981b). Tais autores, estruturantes da *Escola Geopolítica Brasileira* (FREITAS, 2004), vêm sendo complementados com abordagens contemporâneas que enfocam mais o espaço adjacente do que o espaço nacional propriamente dito, a exemplo de Guimarães (1999), Vesentini (2000), Olic *et* Canepa (2004).

O pensamento castrense também vem, progressivamente, se libertando de um olhar interno e centrado nas fronteiras terrestres para uma visão mais abrangente. A nova dinâmica encontra apoio tanto da visão institucional das lideranças militares (BRASIL, 2011), quanto no trabalho de editores e pesquisadores, que vêm dedicando maior atenção a rol mais alargado de temas, a exemplo de Caroli (2010) e Ribeiro (2012), os quais deslocam o centro de gravidade dos debates para o espaço do Atlântico Sul.

A administração pública, em especial no período do presidente Lula (2002-2010), transformou a teoria em prática, priorizando ações que valorizaram o diálogo *Sul-Sul*, conduzido de forma bilateral e/ou multilateral, estruturada em áreas temáticas e/ou áreas geográficas, conforme mais adequado a cada caso (BRASIL, 2010). De referir, no interesse da agenda de Segurança & Defesa (S&D), que nem a Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) nem a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008) abordam especificamente as oportunidades de diálogo com a África, o que tanto é indício de pouca atenção à realidade

⁹ Considerando os originais serem de difícil acesso, sugere-se aos interessados a consulta à reedição do pensamento do autor recentemente disponibilizada pela Fundação Getúlio Vargas, em coedição com a Biblioteca do Exército (MATTOS, 2011)

histórica, a qual já levou as Forças Armadas brasileiras à África em outras ocasiões (SILVA, L. G. R., 2005), quanto reforça a tese da pouca sinergia entre as políticas nacionais de relações exteriores e defesa, conforme proposto por Alsina Júnior (2009). A ausência de atenção explícita ainda assim não impediu a construção prática de uma agenda, a exemplos do diálogo com a Guiné-Bissau e com a Namíbia, países onde se verifica a existência de protocolos de cooperação técnico-militar em amadurecimento e implantação.

É sob essa nova moldura que cresce de relevância o estudo do Atlântico Sul e da dinâmica relacional Brasil-África.

2. Dimensão Geopolítica da África Subsaariana

Atualmente, o continente africano contabiliza 55 estados soberanos, em universo ao qual recentemente se incluiu o Sudão do Sul, estado recém-estruturado e em fase de implementação. Este número, que não inclui os territórios estrangeiros ainda existentes no espaço africano, tende a aumentar, tendo em vista a existência de algumas regiões, sob diferenciados status político, a exemplo do Saara Ocidental (Marrocos) e de Cabinda. O cenário de fragmentação política torna-se mais factível teoricamente quando se observa que o número de etnias é muito superior ao número de unidades políticas constituídas.

Dentro da amplitude e dos contrastes africanos inúmeros são os cenários de risco. Conflitos armados, migrações forçadas, proliferação de epidemias, insegurança hídrica, insegurança alimentar, tudo isso contribui para que a região acolha oito dentre os treze estados mais frágeis do ranking dos *failed states*.

2.1 África subsaariana: uma visão abrangente

A África é uma terra de contrastes (HUGON, 2009, p. 27). A frase do africanista Philippe Hugon busca sintetizar toda a complexidade do espaço africano abaixo do deserto do Saara. Antiga; é apontada como o berço da humanidade, justamente por abrigar as mais velhas evidências da presença do homem moderno no planeta. Jovem; tanto pela idade de sua população, quanto pela data de nascimento de seus Estados. Rica; por abrigar cerca de 10% das reservas mundiais de petróleo e tantos outros minerais estratégicos; pobre, por possuir cerca de metade de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, estando à margem dos principais fluxos econômicos mundiais.

Ao norte tem como limite o deserto do Saara, maior massa desértica do planeta. A partir daí segue-se o Sahel, palavra que, em árabe, significa margem. Como o próprio nome indica,

a região sofreu de maneira intensa o fenômeno da islamização. Abrange 13 países¹⁰. O Sahel se apresenta como intensa fonte de conflitos na atualidade. Pirataria reinante na costa da Somália¹¹, disputas geopolíticas entre a Eritreia e a Etiópia, indefinições de fronteira e luta pelo petróleo em Abyei entre o Sudão e seu recente emancipado congênere meridional, crise humanitária em Darfour e, mais recentemente, instabilidade política no Mali. Tais contenciosos se devem, entre outros fatores, às diferentes idiosincrasias presentes na região: o universo muçulmano e franco fônico ao norte e oeste; o mundo animista e anglo fônico ao sul e leste, além da grande diversidade étnica.

O problema se agrava com a presença de estados falhados, ou em vias de falhar¹², que não logram o mínimo de controle sobre seu território e suas populações, servindo de abrigo a ilícitos internacionais, terrorismo e proliferação de vetores infectantes como o vírus HIV. Ademais, tal situação tem como resultante intenso fluxo populacional, contribuindo para que a África seja o segundo maior contingente de refugiados e deslocados humanitários, com cerca de 10 milhões de pessoas nesta situação (UNHCR, 2011). Em síntese, o Sahel se torna em um dos principais focos de instabilidade, projetando conflitos para a África Ocidental, a Nigéria e a região dos Grandes Lagos (Uganda¹³ e Quênia).

A África Ocidental se articula majoritariamente ao longo do Golfo da Guiné. Divide com o Sahel as águas do Rio Níger, fundamental para a manutenção das savanas e respectivas plantações, que predominam na região. Destaca-se a instabilidade dos países litorâneos de oeste, tais como Guiné-Bissau¹⁴, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Por outro lado, destaca-se Gana como uma das economias mais estáveis da África Negra, além da Nigéria¹⁵, maior exportador de petróleo e segundo polo de poder da porção subsaariana do continente. Ademais, concentra imensa diversidade étnica e linguística, sendo o país africano mais populoso.

¹⁰ Mauritânia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão, Sudão do Sul, Eritreia, Etiópia, Djibuti e Somália.

¹¹ Particularidades deste que é o maior exemplo de estado falhado da atualidade podem ser obtidas em Barreira (2011a e 2011b).

¹² Uma referência analítica quanto ao conceito de estados falhados e quanto às “armadilhas” que levam os estados a tal situação de precariedade pode ser obtida em Souza (2011)

¹³ Quanto a aspectos específicos da conflitualidade em Uganda e nos *Grandes Lagos*, sugere-se a leitura de Paulino (2011).

¹⁴ Uma análise geopolítica que incide especificamente sobre este país, a qual conjuga elementos teóricos com experiência de campo obtida em visitas institucionais à região, foi disponibilizada recentemente por Carvalho (2011).

¹⁵ Aspectos específicos deste país, bem como do relacionamento com o Brasil, podem ser sumariamente obtidos em Migon (2011b) e Santos (N. A. R. M., 2011a, 2011b e 2011c).

A África Central se organiza em torno do rio Congo e seus afluentes. Predomina a instabilidade crônica na República Democrática do Congo¹⁶, que projeta conflitos para a região dos Grandes Lagos. A presença de enormes jazidas de ouro, diamantes e metais raros (em especial columbita e tantalita) alimenta a dinâmica de conflitos na região, tendo envolvido cinco países e vários grupos guerrilheiros na guerra civil de 1998-2003, também conhecida como a “Guerra Mundial da África”.

A África oriental se desenvolve em torno dos Grandes lagos e bacias hidrográficas adjacentes, tendo ao norte o Sahel e à leste o Oceano Índico. Tem no Quênia e na etnia suaíli sua maior expressão. Atualmente, este país realiza incursões no território somali a fim de combater a milícia islâmica Al Shabaab, responsável por violência e sequestros na região, o que prejudica o turismo, setor vital para a economia queniana.

A África Austral é banhada pelos Oceanos Índico e Atlântico. Constitui-se em importante corredor de mobilidade, valorizado pela famosa rota do Cabo e sua peculiar importância econômica. Tal fato lhe confere grande importância estratégica. Embora contígua à zona de pressão conflituosa central, se apresenta como a região mais estável do continente. Tem na África do Sul¹⁷ o maior polo de poder do continente e maior promotor da estabilidade regional. Apresenta-se como importante espaço lusófono, com a presença de Angola e Moçambique, países que, ao superarem suas contradições políticas internas, revelam crescente pujança econômica.

2.2 Os blocos regionais

No contexto atual, a integração regional do continente assume grau prioritário, haja vista a grande fragmentação e baixo nível de institucionalização de suas entidades políticas. Trata-se de um processo de construção política cujas metas são o fortalecimento das instituições e a criação de identidades. Portanto, somam-se mais de uma dezena de organismos internacionais na região, destacando-se a União Africana (UA), Sociedade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), dentre outros.

Dentro do contexto pós-guerra fria e do surgimento do fenômeno do regionalismo aberto, cada região do planeta passou a contabilizar vários blocos de concertação econômica.

¹⁶ Vide Gapo (2011).

¹⁷ Uma introdução à realidade sul-africana pode ser obtida em Serrano (2011).

Assim, em 1992 houve a transformação da SADCC¹⁸ para a SADC, com sede em Gaborone, Botswana. O bloco atualmente engloba 14 países¹⁹, que somam uma população de aproximadamente 210 milhões de pessoas e um agregado econômico de cerca de 700 bilhões de dólares²⁰. Esse tratado tem por objetivo melhorar as habilidades técnicas e administrativas dentro da região e estipula o estabelecimento de uma série de protocolos voltados para uma maior integração regional, através dos seguintes eixos: comércio, energia, educação e turismo (MURAPA, 2002).

Dentre seus principais objetivos, destacam-se: a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico, alívio da pobreza, aumento da qualidade de vida do povo, desenvolvimento de valores políticos, sistemas e instituições comuns, promoção da paz, segurança e desenvolvimento sustentável, atingimento da complementaridade das cadeias produtivas regionais, utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente. Entretanto, embora o projeto político implícito na construção do bloco contivesse ideais os mais nobres, a sua consecução esbarrou na dura realidade da África subsaariana. Disputas por recursos naturais, étnicas e religiosas, escassa maturidade política e instabilidade crônica minaram o êxito esperado.

¹⁸ *Southern Africa Development Co-ordination Conference* (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral).

¹⁹ África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

²⁰ Para estes e outros dados de econometria, vide International Monetary Fund (African Department and World Economic Outlook databases) e World Bank (World Development Indicators).

Parece claro que não existe suficiente vontade política por parte da liderança da SADC para impor as obrigações de integração. Os níveis de cooperação não são suficientes. A construção nacional parece preceder a integração regional. Além disso, a instabilidade política, a falta de paz, a insegurança nacional e o colapso da lei e da ordem caracterizam um número significativo desses países, entre eles, Zimbábue, Angola e República Democrática do Congo. (MURAPA, 2002, p. 162)

Como proposta de solução do impasse acima descrito, as elites africanas passaram a privilegiar a agenda de paz e segurança, partindo da premissa de que sem segurança não haverá desenvolvimento. Assim, parte considerável dos cerca de meia centena de Estados africanos encontra-se hodiernamente engajada em processos de integração regional, cujo espectro de atuação abrange desde as interações econômicas até as uniões políticas com transferência de parcela de soberania (HUGON, 2009). O modelo integracionista europeu se mostra como elemento inspirador dos processos correntes na África (SANTOS, L. I. V. G, 2011 e COSTA, 2011).

Em 25 de maio de 1963 foi estabelecida, em Adis Abeba, a Organização da Unidade Africana (OUA), com a assinatura, por representantes de 32 Governos, da Carta da Organização. Manifestamente, os objetivos dos jovens estados signatários era o de promover suas respectivas unidades, erradicar o colonialismo e proporcionar fundação sólida para a cooperação pacífica. Percebe-se, portanto, nítida preocupação em lutar para manter a recente independência. Todavia, divididos entre governos progressistas e conservadores, permeada de interesses de difícil conciliação, manteve-se como organismo essencialmente intergovernamental, através da inflexível observância das autonomias de seus Estados-Membros. Ademais, não logrou defender os princípios do Estado de Direito, recebendo a denominação de “Clube dos Ditadores” (SEITENFUS, 2006).

A decepção com a instituição fez com que, em julho de 2001, em Durban, na África do Sul, fosse realizada a Trigésima Sétima e última cúpula da OUA e a sessão inaugural da recém-formada UA, sendo o então Chefe de Estado sul-africano, Thabo Mbeki, eleito seu primeiro Presidente. Os princípios orientadores da atuação da União Africana são: a igualdade soberana e interdependência entre os Estados-Membros, a participação dos povos nas atividades da UA, o estabelecimento de uma política de defesa comum, a proibição da ameaça ou emprego da força entre países africanos²¹ e a não-interferência em assuntos internos. Logo, a transformação da Organização de Unidade Africana em União Africana não

²¹ Uma visão mais pormenorizada sobre a arquitetura de S&D da UA está disponível em Costa (2011).

foi apenas uma simples mudança de rótulo. Reflete uma evolução significativa da antiga postura de aplicação do princípio de não-interferência para uma perspectiva de responsabilização dos Estados-Membros e engajamento construtivo para promoção da paz, segurança e estabilidade dentro das fronteiras nacionais.

Cabe ressaltar que o Ato Constitutivo da UA atribui, a exemplo dos artigos 4(h) e 4(j), extensos poderes de intervenção aos Estados-Membros, sobretudo em casos de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio²². Do exposto, deduz-se a adesão da organização ao princípio jurídico da responsabilidade de proteger²³, sendo este uma prerrogativa da União. Isto reflete o consenso político de primeiro estabilizar para depois desenvolver. A União Africana tem na África do Sul sua principal liderança continental. Merece destaque o esforço deste país em promover a estabilidade regional em sinergia com a cooperação econômica, contribuindo para o estabelecimento da arquitetura de paz e segurança africana, cujos fundamentos são a integração entre a UA e os demais organismos regionais, entre a UA e a ONU, a constituição de uma a força africana de pronto emprego, o sistema de alerta antecipado e o “painel de sábios”.

Consequência do colonialismo português, a lusofonia encontra expressão na África subsaariana, sendo um dos idiomas da própria União Africana. Cinco são os países africanos cujo idioma oficial é a língua de Camões²⁴. Nesse contexto, se faz natural a comunhão entre pragmatismo político e fraternidade linguística²⁵, sobretudo diante da ameaça de modelos culturais concorrentes no espaço subsaariano como a franco fonia e a anglo fonia, que buscam hegemonia local, a saber:

Reunidos no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe decidiram conferir institucionalização à primeira organização internacional voltada para a construção da comunidade fraterna da língua portuguesa. Nasceu a CPLP para valorizar a identidade linguística, a cooperação entre os países e a

²² O Ato se destaca como o primeiro tratado internacional a estatuir o direito de intervenção em um Estado por razões humanitárias em circunstâncias outras que a ocorrência de genocídio.

²³ Mais detalhes sobre questões relativas à intervenção e soberania estatal, aos fundamentos do princípio da “responsabilidade de proteger” e da aplicabilidade deste a prevenção e oposição em face de delitos como genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a Humanidade, bem como do papel da ONU, do Conselho de Segurança e de organismos regionais de segurança em relação à operações de estabilização podem ser obtidos em Santos (L. I. V. G, 2011).

²⁴ Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

²⁵ A questão da língua como vetor de unidade não é pacífica, ainda mais num contexto onde proliferam origens étnicas distintas e múltiplos idiomas nativos, muitos dos quais com maior incidência de falantes do que a língua do colonizador. Talvez, portanto, mais uma questão de pragmatismo político e busca de certa “unidade na diversidade” do que uma questão centrada na cultura e na língua propriamente dita.

dimensão da concertação diplomática e política. O Timor Leste viria a se tornar, mais tarde, observador convidado e hoje é membro pleno da CPLP” (SARAIVA, 2012, p. 114).

Nesse quadro competitivo, os países componentes da CPLP, todos não possuidores de excedentes de poder, buscam adensar capacidades de mobilização diplomática a fim de atingir maior inserção política internacional. Na África, sobretudo Angola e Moçambique têm utilizado a CPLP na tentativa de potencializar suas políticas externas, em especial em prol da atração de capitais. O objetivo primário é a busca de alavancar o desenvolvimento econômico experimentado por ambos os países, esgarçados por guerras fratricidas que duraram cerca de duas décadas.

Todavia, há pontos controversos na Comunidade Lusófona. A diferença entre os países do grupo, bem como a diversidade de interesses e objetivos para a CPLP, se constitui em um deles. Há certa desconfiança por parte de africanos e portugueses da instrumentalização da Comunidade pelo Brasil, sendo típica a abordagem defensiva que vê a presença brasileira na CPLP como mero espaço de atuação de globalização atlântica de seus agentes econômicos. Ademais, Portugal, antiga potência colonizadora, ainda é visto pela geração que combateu nas guerras de libertação como opressor. Este país, por sua vez, preocupa-se com a crescente influência brasileira na Comunidade, temeroso de que esta orbite em torno de outro centro de poder.

É possível visualizar-se um triângulo, com Brasil e Portugal ocupando vértices próprios, e os demais países da CPLP, em especial os africanos, posicionados do terceiro vértice. Tal leitura leva à caracterização de que o futuro da CPLP, em especial em termos de efetividade, perenidade e contribuições, passa pelo grau de harmonia que resultará das relações entre Brasil e Portugal no âmbito da comunidade, a permitir sinergias ao invés de polarizações entre os parceiros comunitários. É da resolução da “equação estratégica” que deriva das perspectivas e interesses portugueses e brasileiros que será possível construir uma efetiva agenda política e econômica, que é a efetiva demanda e interesse dos parceiros africanos.

Além disso, a identidade linguística por si própria sofre críticas por setores africanos. A língua portuguesa não é lastro de identidade nacional em muitos países. Angola possui maior proporção de falantes de idiomas de matiz local em relação aos luso fônicos. Cerca de 35% dos habitantes têm o português como língua materna, contra 37% que utilizam o umbundo para sua comunicação. A pluralidade cultural leva, inclusive, a atração de países africanos de língua portuguesa para outros ambientes culturais, como é o caso de Guiné-

Bissau e Moçambique, atraídos respectivamente para a influência da França e da Commonwealth (SARAIVA, 2012).

2.3 Atores de destaque no espaço subsaariano: Nigéria e África do Sul

No quadro instável que caracteriza a África Subsaariana, despontam a África do Sul e a Nigéria como principais polos de poder. Tal enquadramento é coerente com o proposto por Hurrell (2006), que, resumidamente, considera a existência de quatro critérios básicos de enquadramento analítico: capacidade de contribuir para a ordem internacional, coesão interna, poder econômico e capacidade militar.

Sob o aspecto da contribuição para a ordem regional e internacional, a Nigéria se apresenta como importante polo político, dinamizador, dentre outras iniciativas multilaterais, da CEDEAO. Sua economia, baseada na exportação de petróleo, não só abastece as grandes potências com este combustível fóssil, como contribui para o aquecimento do comércio no âmbito da África ocidental. Embora o continente africano seja sua prioridade em política externa, é membro da Organização dos Países exportadores de Petróleo, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Comunidade Britânica. Ademais, adensa suas relações com a China, que investe maciçamente no país nos setores de infraestrutura, especialmente rodovias e redes elétricas. No plano interno, o país tenta avançar seu nível de institucionalização democrática (VISENTINI, 2011).

Entretanto, quanto à coesão interna, a Nigéria atravessa momento difícil. A presença de fortes contradições entre o sul e o norte limita sua capacidade de poder. Este, pobre, muçulmano, com maioria hauçá, rivaliza com aquele, rico, de influência cristã e dominado pela etnia iorubá. O grupo rebelde Boko Haram tenta impor a *sharia* muçulmana através do uso sistematizado do terrorismo. Grupos rebeldes do delta do rio Níger exigem melhor distribuição das riquezas do petróleo. Todo esse quadro contribui para que a Nigéria seja considerada, paradoxalmente, um importante elemento para a estabilização regional, ao mesmo tempo em que considerada o 14º país no ranking dos Estados falhados, o que repercute negativamente na estabilidade de toda a região do Golfo da Guiné.

Por seu turno, a África do Sul apresenta maior grau de coesão interna e melhor perfil de atuação regional e internacional que o nigeriano. Participa dos fóruns BRICS e IBAS, assumindo importante papel na dinamização das relações Sul-Sul. Outrossim, a criação da UA refletiu nova orientação de sua política externa, cada vez mais engajada na liderança

continental. Logo, houve o deslocamento²⁶ do polo de organização da segurança regional dos Estados Árabes da África do Norte para a região ao sul do Saara, demonstrando a capacidade de influência na ordem continental deste importante ator Estatal (MAGNOLI, 2004, p. 332).

Do ponto de vista econômico, a África do Sul dispõe de moderna atividade industrial e mineral – primeiro produtor mundial de ouro e grande exportador de diamantes –, conferindo ao país o posto de maior PIB do continente africano. Exerce papel proeminente na SADC, alavancando o bloco comercial através da tentativa de integração das cadeias produtivas.

Quanto à capacidade militar, a Nigéria contabiliza em suas forças armadas um efetivo total de 80 mil militares, investindo anualmente cerca de U\$ 1,5 bilhões de dólares em defesa. Por outro lado, a África do Sul conta com cerca de 54 mil militares e investimentos da ordem de U\$ 4,3 bilhões. Além disso, a base industrial de defesa sul-africana é bem desenvolvida, sendo o país polo exportador de material de defesa.

3. Cooperação Brasil-África

Com a descolonização na década de 1960, irromperam conflitos armados em prol da independência política das sociedades colonizadas do continente africano. Tais disputas provocaram profunda desestabilização na região. Como decorrência desse processo, surge um maior número de Estados Nacionais²⁷, ampliando a participação da África no sistema internacional das Nações Unidas.

A Política externa independente, cujo principal inspirador foi San Tiago Dantas, insere-se no esforço de internacionalização do Brasil e aproximação com estes novos atores, tendo sua gestação ocorrido nos governos Vargas e Kubitschek (GONÇALVES, 1995). A partir de 1967, a política africana do Brasil ganha consistência. Assim, os governos Costa e Silva e Médici formulam uma estratégia de inserção brasileira na África de forma independente através de parcerias econômicas, comerciais, políticas, culturais e históricas (CERVO, 2002, p. 420).

Ainda que nem se falasse em termos de “cooperação Sul-Sul”, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola, em 1975. Em relação ao processo político de projeção nacional na África, merece destaque o período Geisel, o qual logrou levar a política externa brasileira a elevado grau de universalismo, que permitiu integrar a África subsaariana aos interesses estratégicos nacionais. Foi o período do *pragmatismo responsável*,

²⁶ Em especial sob os efeitos recentes da *Primavera Árabe*.

²⁷ No início da Segunda Guerra Mundial, a África apresentava apenas quatro Estados independentes: Egito, África do Sul, Etiópia e Libéria. (MAGNOLI, 2004, p.324)

o qual inaugurou certa independência da política externa nacional (CERVO, 2008 e 2002), no que comparável com a dinâmica (re)introduzida na atualidade (AMORIM NETO, 2011).

Na década de 1980, as constantes crises econômicas que acometeram o Brasil arrefecem o ímpeto da aproximação com a África, a qual ocupou espaço residual na agenda nacional. No governo Cardoso, já nos anos 90, houve a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), além da tentativa de aproximação entre o Mercosul e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Na administração Lula, a partir de 2003, nota-se profundo adensamento das relações com a África, consequência da estratégia brasileira de compatibilizar o plano das negociações Norte-Sul com as perspectivas de cooperação Sul-Sul. (MOURÃO, CARDOSO e OLIVEIRA, 2006).

Do exposto, infere-se que a projeção brasileira em direção ao continente africano ocorre há quase cinco décadas, independente do grupo político que ocupa o poder, o que aproxima o tema mais dos grandes valores estratégicos nacionais do que de ações episódicas e/ou eventualmente oportunistas. Entretanto, é necessário destacar que, como não poderia deixar de ser, ainda que sendo ação estratégica de longo prazo, as abordagens apresentam nuances e particularidades em acordo com o projeto político do momento. Sob tal destaque, surge a ideia de que o momento atual espelha o paradigma do *Estado Logístico*²⁸, onde, sinteticamente, são privilegiados os aspectos econômicos do processo, tendo as questões de segurança menor relevância (CERVO, 2008).

3.1 Diálogo Multilateral

Nos anos 80, destaca-se a iniciativa da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Relevante na política internacional, o acordo visava não somente o desenvolvimento social e econômico, mas a promoção da paz e da democracia na porção sul do Atlântico, apresentando contraponto às tentativas veladas de militarização e nuclearização de tão importante espaço geográfico contíguo ao Brasil e à África.

Desde meados da década de 90, o Brasil adotou uma política que visava sustentar o desenvolvimento africano através da renúncia à cobrança de suas dívidas para com o país. Denominado de programa de alívio da dívida, tal medida veio a atuar de forma sinérgica com a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). Assim, à guisa de exemplo, cita-se o perdão da dívida moçambicana, da ordem de US\$ 600 milhões. Em valores

²⁸ “O Estado Logístico imita o comportamento das nações avançadas, particularmente dos Estados Unidos, tido como protótipo do modelo. A política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores; (...) dos empresários; (...) dos operários; (...) dos consumidores” (CERVO, 2008, p. 86).

absolutos, o Brasil chegou a renunciar a quase US\$ 2 bilhões, contribuindo de certa forma para a recuperação desses países pobres altamente endividados (CERVO, 2011).

No presente, o diálogo multilateral ocorre com maior relevância no âmbito do relacionamento com a União Africana (UA) e com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), entidades constituídas exclusivamente por países africanos. Também se dá no âmbito de associações internacionais que contenham países africanos, a exemplo da Comunidade dos Países Lusófonos (CPLP), ou de parcerias estratégicas brasileiras, como as relacionadas à África do Sul que de parceiro no âmbito da associação Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) também passou a integrar a parceria Brasil-Rússia-Índia-China (BRICS).

A importância crescente da UA, em especial a Nigéria, fez com que a Embaixada em Adis Abeba, sede da UA, fosse reaberta, assim como contribuiu para o incremento da diplomacia presidencial na região e para a realização de importantes eventos conjuntos, a exemplo das Cúpulas África-América do Sul. A CPLP, por sua vez, é organismo de concertação de posições comuns, em especial na área política e cultural, mas com reflexos extensíveis a outras estruturas, inclusive no âmbito da Segurança, como se verifica com relação à questão da Guiné-Bissau. Os resultados alcançados por estas iniciativas são múltiplos, a exemplo do apoio político da CPLP e UA às posições brasileiras relacionadas com a reforma dos mecanismos de governança global, em especial o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A importância da África do Sul, sob concertação quer no âmbito do IBAS quer do BRICS, é das mais estratégicas para o Brasil. Há, por exemplo, iniciativas comuns na área espacial, com proposta de pesquisa e desenvolvimento autônomo de satélites, e de Defesa, com exercícios combinados de Forças Navais, ambas com coparticipação indiana. A posição geográfica e a liderança sul-africana no contexto da SADC contribuem para maior relevância da aproximação Brasil-África do Sul, à qual também se associa o vetor econômico, com crescente comércio bilateral.

A ação diplomática brasileira afasta-se do paradigma assistencialista internacional, especialmente pelo fato da cooperação técnica nacional estar ligada à reconstrução da infraestrutura logística e produtiva da África. Também abrange uma dimensão de transmissão de conhecimentos, como se vê nos programas da Fiocruz nas áreas de combate à AIDS e às doenças tropicais. De modo similar, a expertise do SEBRAE²⁹ na área gerencial tem sido relevante para o empreendedorismo africano. Por intermédio do ensino de boas práticas

²⁹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Médias Empresas.

administrativas e de gerência, contribui-se com a estruturação de pequenas e médias empresas.

A EMBRAPA³⁰, gigante brasileira no campo da pesquisa científica agropecuária, desenvolve profícuo programa de cooperação com países africanos³¹. Por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), apresenta-se não como simples doadora, mas como parceira para trabalho conjunto. Uma das principais finalidades é a de melhorar técnicas de cultivo e pastoreio. Atua ainda nas áreas técnico ambiental, técnico econômica e social. Esta ajuda se mostra importante para o desenvolvimento econômico dos países africanos, que têm no modelo de geração de riquezas agroexportador grande expressão. Tais medidas contribuem para a melhoria dos padrões da agricultura familiar, sustentabilidade e proteção ambiental. Servem, em última análise, para a melhoria das economias dos países ajudados, de forma a garantir a segurança alimentar e fixar as populações nos seus locais de origem no campo e evitar o inchaço populacional das grandes metrópoles africanas.

3.2 Iniciativas bilaterais

Os principais parceiros brasileiros na África são África do Sul, Nigéria, Moçambique e Angola, na porção centro-sul. Parte do relacionamento é estruturada em relação à cadeia do petróleo e mineração, sendo o Brasil importante comprador destes recursos naturais, ao mesmo tempo em que coopera com a capacitação técnica na parte industrial e tecnológica, em particular no que concerne à exploração em águas profundas.

A agenda bilateral se desenvolve ao redor de temática bastante diversificada. Há iniciativas na área agrícola, de saúde pública, ciência e tecnológica, comércio internacional, defesa, etc. As empresas brasileiras vêm evoluindo de uma postura de comércio e negócios de oportunidade para uma postura de efetiva integração às cadeias produtivas locais, através da aquisição e fusão de empresas africanas com estruturas transnacionais brasileiras, em especial no setor da construção civil e petrolífero. No âmbito de cooperações técnicas verifica-se a presença brasileira através agências estatais de desenvolvimento, como a Empresa Brasileira de Agropecuária e Fundação Oswaldo Cruz, respectivamente focadas em parcerias e transferências de tecnologia ligadas à Segurança Alimentar e Segurança Sanitária.

³⁰ Informações disponíveis em: http://187.33.1.140/portalafrica/public_html/index.html. Acesso em 25/05/2012.

³¹ Destaque para os programas de cooperação com a África do Sul, Angola, Moçambique e Gana.

A crescente presença brasileira em África tem sido parcialmente sustentada com recursos financeiros próprios, quer públicos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), quer privados, das próprias grandes empresas com negócios na região, como Vale do Rio Doce, Camargo Correia, Odebrecht, Petrobrás, Marcopolo, etc.

Aproveitando-se de ganhos nacionais consistentes junto às áreas sociais, setor sob atenção significativa da administração Lula, o Brasil vem exportando expertises na área educacional, com programas de intercâmbio de material didático e prática docente, bem como concessão de bolsas de estudo em instituições nacionais. Na área da saúde, de forma similar, são de destacar as iniciativas na contenção e mitigação dos efeitos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), que assumem contornos epidemiológicos extremados no continente africano.

3.3 Iniciativas específicas na área de Segurança & Defesa

No continente africano o Brasil participa de missões de paz, sob a égide da ONU, no Sudão, Libéria, Chade, Saara Ocidental, Costa do Marfim e Senegal, assim como participou das atualmente extintas missões em Uganda, Ruanda, Moçambique e Angola. Verifica-se, portanto, maior presença na África Subsaariana, assim como o desdobramento preferencial de Observadores Militares, ao abrigo do capítulo VI da Carta da ONU.

No âmbito da cooperação técnica militar é ativa a parceria naval com Nigéria e África do Sul, bem como o intercâmbio acadêmico com Moçambique e Angola. Há acordos específicos de Defesa com estes países e também com Namíbia, Guiné Equatorial, Senegal, Cabo Verde e, conjuntamente com a CPLP, Guiné-Bissau. Formadores brasileiros cooperam com o Benim na área de desminagem e combate à poluição marítima, enquanto exercícios multilaterais vêm sendo conduzidos no âmbito da CPLP (Exercício FELINO). Em Cabo Verde, a Força Aérea participa no auxílio à vigilância do espaço aéreo e marítimo.

No *cluster* industrial de Defesa a presença brasileira se dá através da Embraer e da Engpron, sendo predominante o enfoque comercial mas já emergindo projetos conjuntos, a exemplo do levantamento hidrográfico da plataforma continental da Namíbia.

Questões relacionadas ao Uso do Espaço e ao Uso do Mar vêm sendo vivamente debatidas com os países africanos. Esta última, de relevância mais pragmática, é desenvolvida tanto no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul quanto, mais alargadamente, da CPLP, no âmbito da qual foi lançada a “estratégia para os oceanos”.

Embora seja possível citar todas as iniciativas elencadas acima, às quais se agrega inclusive reuniões de nível ministerial – a exemplo da 13ª Reunião de Ministros da Defesa da

CPLP, ocorrida em novembro de 2011, em Cabo Verde – a agenda brasileira de segurança em relação ao continente africano ainda é pouco expressiva. A política exterior nacional demonstra posicionamento cauteloso com relação ao adensamento de sua diplomacia militar e à participação mais ativa na mediação de conflitos na África.

Conclusões

Verifica-se que o relacionamento entre o Brasil e a África é bastante variado, ao mesmo tempo em que, se não é recente, com certeza apresenta dinâmica (re)emergente. Em boa parte tal se dá na medida em que o Brasil esteve focado em seus próprios problemas internos e em suas condicionantes de desenvolvimento, em especial até o final do século passado. Até este período tem-se a preponderância da aproximação com a América do Sul e a valorização da vertente terrestre. Como consequência tanto da estabilidade econômica e política quanto da visão de futuro do governo Lula, iniciou-se processo de retomada dos laços com a África, sob o eixo do “diálogo Sul-Sul”. Tal aproximação se estabeleceu sob incentivo da vertente política e da componente econômica, sendo esta inicialmente mais voltada às trocas comerciais em si do que ao desenvolvimento econômico dos parceiros africanos.

Com a obtenção de êxitos iniciais e aumento do conhecimento recíproco verificou-se a extrapolação da dinâmica de aproximação para outros setores, a exemplo das parcerias nas áreas de saúde, educação, agricultura, etc. Ao mesmo tempo verifica-se a consolidação da experiência empresarial brasileira em África, com as empresas evoluindo da relação exportação-importação para a implantação de subsidiárias locais e aprofundamento dos investimentos, em especial os relacionados com a extração petrolífera e de recursos minerais. Pontualmente, e com países mais avançados do continente africano, emergiram iniciativas estratégicas, de maturação a mais longo prazo, como as relacionadas com as tecnologias espaciais.

A proximidade territorial, a convergência linguística, a maior semelhança cultural levaram a uma maior identificação brasileira com a África Subsaariana. De qualquer forma, importante referir que a densidade da presença brasileira é aparentemente associada à estabilidade política do país considerado, verificando-se que em áreas mais voláteis a mesma restringe-se à presença militar e, mesmo assim, sob a égide da ONU.

A “opção pela África” no âmbito das relações exteriores do Brasil é algo ainda não institucionalizado em sua totalidade. Em outras palavras, verifica-se significativo rol de ações governamentais, o que inclui ações da diplomacia presidencial, sem contudo ter sido tal realidade efetivamente integrada à Política e à Estratégia nacionais, em especial na área

setorial de S&D, formalmente explicitadas. Assim sendo, há orientação política e alocação de verbas, como se depreende da presença em África do BNDES, Fiocruz, EMBRAPA e de empresas privadas sob influência do Estado (Embraer, Engeprom, Vale do Rio Doce), sem que contudo haja uma sinalização de longo prazo e/ou uma priorização de setores e/ou parceiros.

Independente de haver ou não opções criteriosas, é certo que há quatro grandes parceiros brasileiros no continente africano, a saber: África do Sul, Nigéria, Angola e Moçambique. A estes se seguem associações menores quanto à dimensão econômica mas igualmente relevantes quanto à parceria política, em especial as que decorrem da CPLP, como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e as que alcançaram acordos formais de cooperação, como Namíbia, Senegal e Guiné Equatorial.

Talvez, e apresenta-se aqui a questão a título de incentivo a debates futuros, já seja chegada a hora do Brasil assumir papel mais ativo com relação à estabilidade, segurança e desenvolvimento do continente africano, envolvendo-se com cenários mais complexos e, obviamente, de maior risco.

Referências Bibliográficas

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Política externa e poder militar no Brasil**: universos paralelos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula**: a condução e os determinantes da política externa brasileira. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

BACKHEUSER, Everardo. **Geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmbert S/A, 1952.

BARREIRA, Helder Jorge Pinheiro. **Somália**: uma região de conflitualidade e instabilidade. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica das Grandes Potências e Regiões Instáveis), 2011a.

_____. **Geopolítica da Somália**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica), 2011b.

BRASIL. **Diretriz Geral do Comandante do Exército 2011-2014**. Brasília: Gabinete do Comandante do Exército, 2011.

_____. **Balço de Política Externa 2003/2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

Estratégia Nacional de Defesa: Paz e segurança para o Brasil. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008.

_____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2005.

CAROLI, Luiz Henrique. *A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI*. In Cadernos de Estudos Estratégicos, Ano 2010, nº 9, p.118-157.

CARVALHO, Luís Salomão. **Geopolítica da Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica), 2011.

CASTRO, Therezinha de. **Atlas-texto de geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Capemi, 1981a.

_____. **África**: Geo-história, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981b.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **História da política exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COSTA, Ricardo Dias da. **Arquitetura de Paz e Segurança africanas**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Guerra e Paz nas Relações Internacionais), 2011.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GAPO, Gustavo Ferreira. **A constante instabilidade na República Democrática do Congo**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica das Grandes Potências e Regiões Instáveis), 2011.

GONÇALVES, Williams da Silva. O realismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no Governo Kubitschek. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese – Doutorado em Sociologia)

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **ALCA E MERCOSUL**: riscos e oportunidades para o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Tradução de Constância Morel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HURRELL, Andrew. **Hegemony, liberalism and global order**: What space for would-be great powers? *In International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 1-19, 2006.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais**: teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. Coedição com a Biblioteca do Exército. (3 volumes).

_____. **Geopolítica e Modernidade**: Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____. **Geopolítica e teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

_____. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira. **Brasil & África: parceria para o desenvolvimento**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de investigação individual – Geopolítica das Grandes Potências e Regiões Instáveis), 2011a.

_____. **Análise Geopolítica e Geoestratégica: Nigéria**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica), 2011b.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque; CARDOSO, Fernando Jorge; e OLIVEIRA, Henrique Altemani. **As Relações Brasil-África: de 1990 a 2005**. In OLIVEIRA, Henrique Altemani *et* LESSA, Antônio Carlos (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v.1. São Paulo: Saraiva, 2006.

MURAPA, Rukudzo. **A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica**. In *Impulso*, n. 31, p. 155-164, 2002.

OLIC, Nelson Bacic *et* CANEPA, Beatriz. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 2004.

PAULINO, Musa Gonçalves. **O Uganda e a instabilidade dos Grandes Lagos**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica), 2011.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RIBEIRO, Emílio Vanderlei. **Perspectiva Tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Estado-Maior Conjunto), 2012.

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. **Diplomacia Militar: uma contribuição do poder militar para o projeto de inserção do Brasil na África Subsaariana (título provisório)**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Doutorado em Ciências Militares – Projeto de Pesquisa), 2012.

SANTOS, Luís Ivaldo Villafañe Gomes. **A Arquitetura de Paz e Segurança Africana**. Brasília: FUNAG, 2011.

SANTOS, Nuno Alexandre Rosa Morais. **A incerteza nigeriana**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica das Grandes Potências e Regiões Instáveis), 2011a.

_____. **O contributo nigeriano para a paz na Libéria**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Guerra e Paz nas Relações Internacionais), 2011b.

_____. **A Nigéria enquanto factor incontornável para Portugal no campo energético e para alguns países da CPLP no campo político-militar**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Estado-Maior Conjunto), 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Relações Internacionais**. 4 ed. rev. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SERRANO, Paulo Jorge da Silva Gonçalves. **África do Sul: uma potência regional**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Geopolítica das Grandes Potências e Regiões Instáveis), 2011.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. **Pensamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

SILVA, Lélío Gonçalves Rodrigues da. **Uma missão de paz na África**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; *et* GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A política externa do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

SOUZA, Fernando Augusto Barros de Castro e. **Quais as principais razões que contribuem para o falhanço dos estados?** Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares (Trabalho de Investigação Individual – Estudos Estratégicos), 2011.

TOSTA, Octávio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees. **Statiscal Yearbook 2010: Trends in Displacement, Protection and Solutions**. Genebra: UNHCR, 2011.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Nigéria**. Brasília: FUNAG, 2011.